

DESTRUIR A CONSTRUIR



Qualidade Devida Luísa Schmidt

sociedade@expresso.impresa.pt

Uma das maneiras mais perversas de uma democracia dar cabo de si mesma é obrigar constantemente a cidadania a indignar-se e a lutar pelo básico.

Agora, que está dramaticamente à vista de todos a importância vital de ter espaços livres, verdes, de respiração e saúde, é pelo menos revoltante ter de lutar ainda pela serra de Carnaxide. Trata-se de uma área de enorme valor patrimonial e ambiental em diversas vertentes. O facto não é novidade, pois está registado em vários estudos. Parte da serra foi classificada como território de proteção ambiental no anterior PDM de

Oeiras e até foi politicamente reconhecida por medidas públicas, entre as quais a plantação de árvores no início dos anos 1990, ato mais tarde oficialmente consagrado pelo ex-presidente Cavaco Silva e pelo 'ex' e atual presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino de Morais.

A serra de Carnaxide é um dos últimos redutos da muito abusada e ocupada Área Metropolitana de Lisboa (AML) particularmente naquela zona, em que se encontra o município mais densamente povoado do país — a Amadora — concelho onde, aliás, se está já a avançar com prédios sobre a serra.

A AML, como todas as grandes áreas metropolitanas que tiveram forte expansão urbanística, precisa como pão para a boca ou ar para os pulmões de acautelar a estrutura ecológica de suporte à própria vida: ar, água, biodiversidade, paisagem... ou seja, a segurança e qualidade de vida dos que lá vivem. Tudo coisas que Ribeiro Telles não se cansou de promover e de realizar, e que outros

generosos lutadores pelo bem comum como Eugénio Sequeira hoje continuam.

A Área Metropolitana do Porto, por exemplo, teve a felicidade de acolher um recente projeto da arquiteta Teresa Andresen que, com o acordo e apoio das autarquias, criou um território de proteção ambiental da cidade nas suas serras circunvizinhas na ordem dos 6 mil hectares.

A serra de Carnaxide, com 600 hectares, tem todas as características do território a proteger, por razões vitais: pela sua localização e valores ambientais próprios — por ser um corredor ecológico entre Monsanto e a serra de Sintra, por ser um reservatório de água subterrânea e lá se ver ainda o ramal do Aqueduto das Águas Livres que percorre a serra. Tem, além do mais uma característica que a torna altamente disponível a ser administrada como bem comum: ela é quase exclusivamente terreno público e por isso não afeta direitos privados de propriedade. A serra é uma joia da coroa de Lisboa que não pode

ser espatifada. Para a proteger basta só não a desproteger.

Como é possível então que, depois de todos os reconhecimentos dos seus valores consagrados e na condição jurídica de terreno municipal, seja preciso lançar abaixo-assinados e gerar movimentos cívicos para defender o óbvio? Tudo, desde o bom senso à ciência até à lógica do ordenamento do território converge no mesmo sentido: o de deixar a serra de Carnaxide como um espaço de proteção ambiental interno à AML e para benefício das populações de vários municípios. Todavia, em vez disso, prepara-se a destruição deste bem público sob a complacência das duas autarquias que o detêm — Amadora e Oeiras — e a inação do Ministério do Ambiente.

A energia cívica que infelizmente é mobilizada agora para este assunto deveria estar virada não contra políticas troglodíticas como esta, mas a favor do futuro que temos agora de construir. Um futuro que as novas gerações pedem simplesmente que não destruamos.